

PERCURSO DE ESTUDO SOBRE DITADURA MILITAR, EDUCAÇÃO E MEMÓRIA: UMA PRIMEIRA APRESENTAÇÃO

CURSO DE ESTUDIO SOBRE DICTADURA MILITAR, EDUCACIÓN Y
MEMORIA: UNA PRIMERA PRESENTACIÓN

STUDY COURSE ON MILITARY DICTATORSHIP, EDUCATION AND
MEMORY: A FIRST PRESENTATION

DOI: 10.22481/rbba.v13i01.14831

Luciana Canário Mendes
Universidade do Estado da Bahia, Bahia, Brasil
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1239-3692>
ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4562653602243950>
Endereço eletrônico: lmendes@uneb.br

Lívia Diana Rocha Magalhães
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, Brasil
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0784-6749>
ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1488574581468951>
Endereço eletrônico: liviadianamagalhaes@gmail.com

RESUMO

O propósito central deste texto é reunir informações sobre as principais pesquisas realizadas no âmbito do projeto “Educação, Memória e História da Bahia: processos autoritários e ditadura civil-militar (1964-1985) como um dos recortes de investigação do Grupo de estudos em História e Memória das Políticas Educacionais e Trajetórias Sócio Geracionais (GHEMPE), tendo em vista a sua tarefa principal de reunir e sistematizar acervos documentais de várias naturezas e levar adiante análises sobre os conflitos e as múltiplas memórias alternativas, memórias da resistência que se fizeram presentes nos espaços

Publicado sob a Licença Internacional – CC BY

ISSN 2316-1205	Vit. da Conquista, Bahia, Brasil / Santa Fe, Santa Fe, Argentina	Vol. 13	Num.1	Jun/2024	p.230-245
----------------	--	---------	-------	----------	-----------

educacionais baianos e as violações produzidas contra seus sujeitos concretos, professores, alunos entre outros. Temas e abordagens que apenas deixaremos enunciadas como contribuição para outros estudos.

Palavras-chave: Ditadura militar. Bahia. Memória. Educação.

RESUMEN

El objetivo central de este texto es recopilar información sobre las principales investigaciones realizadas en el ámbito del proyecto “Educación, Memoria e Historia de Bahía: procesos autoritarios y dictadura cívico-militar (1964-1985) como una de las áreas de investigación del Grupo de Estudio en Historia y Memoria de Políticas Educativas y Trayectorias Sociogeneracionales (GHEMPE), con vistas a su tarea principal de sistematizar fondos documentales de diversa índole y realizar análisis de conflictos y múltiples memorias alternativas, memorias de resistencia que estuvieron presentes en espacios de instituciones educativas de Bahía y las violaciones producidas contra sus sujetos concretos, profesores, estudiantes, entre otros. Temas y enfoques que sólo enunciamos como contribuciones a otros estudios.

Palabras clave: Dictadura militar. Bahía. Memoria. Educación.

ABSTRACT

The central purpose of this text is to gather information about the main research carried out within the scope of the project “Education, Memory and History of Bahia: authoritarian processes and civil-military dictatorship (1964-1985) as one of the research areas of the History Study Group and Memory of Educational Policies and Socio-Generational Trajectories (GHEMPE), with a view to its main task of gathering and systematizing documentary collections of various natures and carrying out analyzes of conflicts and multiple alternative memories, memories of resistance that were present in educational spaces in Bahia and the violations produced against their concrete subjects, teachers, students, among others. Themes and approaches that we will only list as contributions to other studies.

Keywords: Military dictatorship. Bahia. Memory. Education.

INTRODUÇÃO

Neste ensaio, pretendemos situar os estudos de caráter histórico-documental e pluridisciplinar que conduziram e ainda conduzem as discussões sobre história, educação e memória no âmbito do grupo de pesquisa “História e Memória das Políticas Educacionais e Trajetórias Sócio-Geracionais”, no qual passamos a desenvolver o projeto de pesquisa “Educação, Memória e História da Bahia: processos autoritários e ditadura civil-militar (1964-1985)” em face da necessidade de recuperar interpretações consignadas em documentos, textos, narrativas, testemunhos que descortinam os sentidos outorgados oficialmente à ditadura militar no Brasil (1964-1985) e aos processos autoritários que se materializaram na vida social. Privilegiamos apresentar os materiais, os temas e as abordagens que nos conduziram à discussão sobre as lutas e as distintas experiências sociopolíticas no contexto da ditadura. São temas inerentes à educação que ainda requerem nossa atenção.

Como sabemos, as instituições educacionais, sobretudo no âmbito universitário, viram-se duramente afetadas com o processo de repressão política e social estabelecido pela ditadura militar. Assim, estavam constituídas as condições para uma estrutura de ensino pragmática e cognitivista que deveria compor a educação, constringendo qualquer outra forma de compreensão da sociedade e de seus conflitos. Portanto, os fundamentos do processo educativo foram projetados para fomentar a assimilação de papéis simbólicos socialmente determinados, a partir dos quais o estudante deveria estudar e o professor, ensinar sem realizar qualquer tipo de manifestação política, conforme o artigo 5º do Ato Institucional nº 5, baixado pelo governo militar em 13 de dezembro de 1968 e que ficou conhecido como “AI 5”. O ato foi uma resposta dos militares da chamada “linha dura” a uma série de movimentos reivindicatórios e manifestações, especialmente estudantis, que sacudiram o país ao longo do ano de 1968. Era um dispositivo que buscava assegurar ainda mais o controle social e político, especialmente no meio universitário superestimado como foco gerador da “revolução comunista”, conforme destaca Sanfelice (1986).

Como se não bastasse todo o aparato repressivo, o governo militar editou, em 1969, o decreto nº 477, que “feria de morte a liberdade de expressão ao instituir a censura prévia à imprensa e ao ampliar o controle político-ideológico das universidades e demais instituições educativas” (GERMANO, 1994, p.68).

Uma planificação política, persuasiva e de forte construção de uma memória social e coletiva ideológica de que a educação deveria responder ao terreno pujante do suposto

crescimento econômico e às expectativas de mobilidade social. A recuperação econômica por meio do investimento na educação e na ciência – sobretudo considerando a preocupação dos Estados Unidos com o desempenho da União Soviética, no Pós-Segunda Guerra Mundial, no que diz respeito à educação e à ciência aplicada ao armamento bélico.

Nos anos de 1970 é implementado nos Estados Unidos um novo sistema de ensino, o *Career education*. No texto “um novo sistema de ensino nos EUA: a preparação permanente do aluno para o mundo do trabalho”, de autoria de Rocheleau (1979) e publicado na revista Fórum (RJ), fica evidente a matriz das políticas educacionais para os ensinos de 1º e 2º graus, segundo os cânones das leis nº 5.692/1971 e nº 5.540/1968. O modelo estadunidense fortalece a tese, capitaneada por Schultz, da teoria do capital humano, que relaciona diretamente a educação à economia, na medida em que atribui à primeira a capacidade de incrementar a produtividade da segunda (FERREIRA JR; BITTAR, 2008, p.342). Esse conceito já havia sido mencionado por Adam Smith em “A Riqueza das Nações”, obra publicada em 1776, como também por outros teóricos dessa linha que vão estabelecer relação entre educação, criação de riqueza e nivelamento social (MARSHALL, 1931).

A missão atribuída às instituições educativas, a seus professores e alunos, a seus programas curriculares e métodos foi claramente estruturada para garantir a estabilidade social e, do nosso ponto de vista, a construção de memórias individuais que se identifiquem com as memórias coletivas de acordo com os marcos sociais (HALBWACHS, 2006) dominantes da estrutura de classe, ou seja, com suas representações, valores e necessidades fundamentais para sua sobrevivência. Tomando como referência esse autor, segundo o qual os “marcos sociais da memória” asseguram a coesão de uma sociedade, de grupos, de uma nação, diríamos que, durante a ditadura, houve uma clara expressão de marcos singularmente fomentados para a assimilação de um mundo social e educacional absolutamente coerente com o *homo economicus* religioso, cultural no contexto em evidência.

Fizemos essa digressão para ilustrar, ainda que de maneira simplificada, que nos anos pós-ditadura, entre 1980 e 1990, pesquisadores e estudiosos da educação herdaram um leque de problemas relativos às consequências dessa construção ideológica, das políticas de desmantelamento da escola pública e de ascensão da escola privada e dos efeitos reais da ideologia unilateral da relação educação-desenvolvimento econômico que vimos nas reformas educativas. Foram temas que exigiram anos de elaboração (além da publicação de uma nova Constituição Federal e da previsão de uma Lei de Diretrizes e Bases/LDB) e que ocuparam

sobremaneira as pesquisas dos intelectuais da Educação, no Brasil. Podemos destacar as grandes contribuições desses estudos, sobretudo dos focados na demonstração do caráter ideológico, reprodutor e legitimador criado pela estrutura educacional para a manutenção do sistema econômico, político e social vigente, mas também dos focados nas experiências socialistas, como a da educação politécnica e a da concepção de educação básica unitária (GRAMSCI *apud* NOSELLA, 1992).

A política educacional levada a cabo pela ditadura e sua violência estatal intervencionista baseada na relação capital, educação e trabalho não tardou a colocar no epicentro do debate acadêmico a construção do que seria a hegemonia das alianças durante a redemocratização e, em grande parte, a negação desse importante debate. Estamos apenas reforçando que, todavia, na educação, ainda carecemos de compreender as “bases materiais e morais”, os quadros sociais que sustentaram a educação durante o processo ditatorial recente.

É somente a partir do final dos anos de 1990 que, pouco a pouco, reaparecem, principalmente nos campos da História e da Sociologia da Educação, uma gama de estudos represados sobre a ditadura na educação do ponto de vista da relação com seus sujeitos sociais. O foco principal são os movimentos estudantis, principalmente, a União Nacional dos Estudantes (UNE) criada em 1937 e as fraturas e eliminações de seus protestos. Dentre outros, podemos destacar os estudos de Fávero (2009) que focam, entre outros aspectos, a organização dos Seminários de Reformas Universitárias, entre os anos de 1960 e 1963, nas cidades de Salvador, Belo Horizonte e Curitiba, bem como os estudos de Sanfelice (1986), Araújo (2007); Camargo (2005), Bittar e Bittar (2014), etc.

DITADURA MILITAR NA BAHIA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES E CONSOLIDAÇÃO DO TEMA DE PESQUISA

É no início do século XXI, portanto, depois de mais de 30 anos da ditadura militar, que começam a despontar estudos sobre o tema, particularmente depois da pressão internacional feita por diferentes países que, após saírem de regimes repressivos, procuraram “acertar contas com o passado próximo, seja na forma da busca do conhecimento e da verdade sobre os processos de violência política, seja julgando criminalmente os violadores dos direitos humanos” (MOTTA, 2013, p. 56). Esse processo é conhecido como justiça de transição e se consolida como um campo novo da área do direito, sobretudo por causa das questões envolvendo reparações financeiras e a busca da verdade (GREIFF, 2006).

No Brasil, essa discussão se consolida principalmente com a instalação e a formalização da Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída pela Lei nº 12.528/2011ⁱ, e da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), implantada por meio da Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995. Na Bahia, cabe destacar que a Comissão Estadual da Verdade foi criada pelo Decreto nº 14.227, de 10 de dezembro de 2012, com a finalidade de auxiliar a CNV a examinar e a esclarecer as graves violações no contexto baiano. Imprescindível mencionar também a Comissão Milton Santos de Memória e Verdade (2012), que apresentou importantes contribuições para a constituição de acervo documental ímpar para a verificação do que se passou na Universidade Federal da Bahia (UFBA) durante a ditadura militar.

Essas comissões e outras mais impulsionaram os debates sobre a relação entre História e Memória e sobre as potencialidades da representação desse passado, sobretudo, para o estudo das instituições educacionais, dos processos formativos da participação política, dos processos de desaparecimento de professores e estudantes, de anistia, entre outros debates. De certo modo, tal fenômeno já estava sendo estudado não só do ponto de vista da História, mas também da Sociologia e de suas aproximações epistêmicas com análises acerca de testemunhos vivos, ou de testemunhos anônimos.

Em suma, segundo suposição dos efeitos psicológicos e políticos apresentada por Pernebaker e Croww (1997 *apud* MAGALHÃES, 2018) e denominada “distância psicológica”, quase sempre é só depois de passados mais de 20, ou 30 anos de determinadas experiências marcantes, traumáticas que as pessoas parecem encontrar as condições e o distanciamento necessários para suportar o sofrimento de lembrar o passado revelando suas consequências sobre uma sociedade.

De toda forma, basicamente queremos reafirmar que é a partir dos anos de 1990 e início dos anos 2000 que ascendeu a necessidade da busca de desaparecidos e a reivindicação de políticas de memória, principalmente desencadeadas pelos debates durante a anistia, culminando na criação das comissões da verdade, entre outras, que articularam um número significativo de estudos, principalmente, de diferentes matizes de interpretação historiográfica e, de algum modo, também do campo da educação. Mesmo assim, nós ainda carecíamos de estudar, de buscar releituras e de ampliar o olhar para fontes documentais, visando à análise da educação e de seus processos de construção e transmissão de memórias sociais e coletivas,

principalmente a partir dos “vencidos”, mas sem desprezar a multiplicidade de manifestações do fenômeno na sua dialética, totalidade e concretude.

ESTUDOS E DOCUMENTOS SOBRE A DITADURA MILITAR NA BAHIA: APRESENTANDO RECORTES E ABORDAGENS DE PESQUISA

Nos anos 2000, foi criada uma linha dentro do grupo de pesquisa “Museu Pedagógico: a educação escolar”, vinculada a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e, a partir dela o projeto denominado “A Educação na Cidade de Vitória da Conquista e Região: as leis, os sujeitos, os espaços, suas representações e materiais”, que foi desenvolvido entre os anos de 2003 e 2007, cuja intenção foi analisar o modo como as reformas educacionais se concretizaram no período entre as décadas de 1960 e 1990, sem perder de vista seus antecedentes, visando a discutir os problemas que vinham resistindo e persistindo no presente da escola pública brasileira em sua incidência local. Dentro desse projeto, inicia-se um levantamento de pesquisa sobre a nomeação de cargos de diretores para as escolas de Vitória da Conquista, dando origem a uma monografia no curso de Pedagogia intitulada “A educação na cidade de Vitória da Conquista na conjuntura da ditadura militar: seus sujeitos e materiais” (SOUZA, 2009).

Posteriormente, por volta de 2011, essa linha passa a articular os conceitos teóricos de educação, memória e ditadura militar registrando-se no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) como “História e Memória das Políticas Educacionais e Trajetórias Sócio Geracionais”, articulando-se com os debates e trabalhos no Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS), da UESB. No ano de 2014, o projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito dessa linha e intitulado “Educação, Memória e História da Bahia: processos autoritários e ditadura civil-militar (1964-1985)” passou a reunir um conjunto de inventários analíticos sobre processos autoritários e a ditadura militar na Bahia. Pesquisadores experientes e iniciantes que compunham a equipe do projeto passaram a eleger um recorte de pesquisa visando a realizar um processo sistemático de análise de fontes documentais sobre a ditadura militar, priorizando o campo de estudo sobre as Trajetórias Sociais de Estudantes e Professores, Políticas de Memória, Políticas Educacionais e Memória etc.

Cabe, no entanto, ressaltar que já havia importantes estudos sobre a ditadura militar no contexto baiano que nos serviram de parâmetro e compuseram nosso levantamento

bibliográfico, entre os quais, podemos citar: “Os autênticos do MDB: semeadores da democracia e história oral de vida política”, de Nader (1998); “Ousar lutar, ousar vencer”: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971), de Silva (2003); Rumo ao palácio: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982), de Dias (2009); Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964-1969), de Brito (2003); UFBA na Memória (1946-2006), de Marques (2010); Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes, Zachariadhes (2009); Trajetória do movimento estudantil e expectativas sociais dos estudantes brasileiros: 1960-1980, de Medeiros e Castanho (2014); Movimento estudantil brasileiro: da formação às estratégias de lutas na atualidade, de Boutin e Flach (2017); Os limites do Movimento Estudantil (1964-1980), Cavalari (1987), dentre outros.

Importante mencionar que, em 2014, eram incipientes os grupos de pesquisas que articulavam os conceitos teóricos de educação, memória e ditadura militar registrados no CNPQ e que os existentes, tinham como foco o contexto políticoⁱⁱ.

Ativo até hoje, nosso grupo tem organizado a composição de um acervo de fontes documentais (escritas, orais, iconográficas, dentre outras) referentes a incidências e repercussões da ditadura militar na educação baiana envolvendo estudantes, professores(as) e funcionários(as), bem como suas articulações e resistências, priorizando o campo de estudo da Memória, Trajetórias Sociais e Educação. A título de síntese, apresentamos a seguir os recortes das pesquisas exploratórias que foram realizadas pelo grupo no período de abrangência entre os anos de 2014 e 2017:

- a) Movimento Estudantil na Bahia durante a ditadura civil-militar (1964–1985): foram coletados diversos jornais considerados “alternativos”, tais como: O Mutirão, Cálice, Nova Ação, Faca Amolada, O Pasquim; assim como biografias e entrevistas de mulheres estudantes à época;
- b) O Movimento Estudantil na UFBA e a resistência à ditadura civil-militar (1964-1985): realizamos um levantamento e análise de legislações (atos institucionais, como o AI-5, entre outros) e de documentos da Comissão “Milton Santos de Memória e Verdade” da UFBA, priorizando fontes que retratavam a repressão de participantes do Movimento Estudantil pela ditadura civil-militar brasileira e os relatos que foram disponibilizados em formato audiovisual no site da Comissão “Milton Santos de Memória e Verdade”, como também as Atas do Conselho

Universitário (CONSUNI – 1964 a 1969) obtidas no site da Comissão Permanente de Arquivos/CPARq da UFBA;

- c) A ditadura civil-militar e a educação na Bahia: cerceamento político e continuidade do pensamento liberal de Anísio Teixeira e Navarro de Britto – foi realizado levantamento e análise da legislação educacional vigente durante a ditadura militar e o Plano Integral de Educação e Cultura (PIEC), da Bahia;
- d) O posicionamento da Igreja Católica na educação durante a ditadura civil-militar na Bahia (1970-1980): o recorte foi investigado por meio da análise de jornais de vanguarda, como “O Cálice” e “O animador”, considerando a postura e o papel da Igreja, mormente, no município de Vitória da Conquista.

Estas primeiras ações do grupo visaram o lentamente em acervos e fontes de caráter público e privado na nossa região e estado. Foram trabalhadas com destaque as notícias sobre a ditadura nos jornais locais, com ênfase nos jornais estudantis, entre os quais: Inimigos do rei, Jornal Viração, Nova Ação, Faca Amolada (Salvador); Cálice, A Voz Estudantil (Vitória da Conquista); O Constituinte (Muritiba-BA); Dimensão (Itapetinga-BA), etc.ⁱⁱⁱ.

Para dar conta da questão dos “desaparecimentos forçados” de estudantes baianos tomando como orientação o relatório final da Comissão Nacional da Verdade [...] toda privação de liberdade perpetrada por agentes do Estado – ou por pessoas ou grupo com autorização, apoio ou consentimento do Estado –, seguida da recusa em admitir a privação de liberdade (BRASIL, 2014, p. 26). Este recorte da pesquisa busca mostrar trajetórias desses estudantes desaparecidos e constata que quase todos eram originários do interior da Bahia (Ilhéus, Vitória da Conquista, Castro Alves, Nazaré das Farinhas, Barreiras, Serrinha, Itaguaçu, Itapicuru, Boa Nova, Poções). Segundo Melo e Magalhães (2018a), a maioria desses estudantes migrou para Salvador para estudar e participava em diretórios acadêmicos, comitês estudantis e nos movimentos como a União Brasileira de Estudantes (UBES) e a União da Juventude Patriótica (UJP), bem como nas militâncias partidárias, sobretudo, no Partido Comunista do Brasil, no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e no Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8).

O outro recorte do projeto de pesquisa denominado “Luta pelo direito à memória: uma análise das violações praticadas contra estudantes durante a ditadura civil-militar na UFBA” acaba confirmando, dentre outras coisas, a luta por condições de moradia empreendida pelos

estudantes, quando encontra, nos documentos do Relatório da Comissão “Milton Santos de Memória e Verdade”^{iv}, o registro sobre a peça a seguir mencionada e sua censura:

Em três de junho de 1966 a Residência Universitária da UFBA foi invadida em massa por policiais. Tudo começou dias antes quando a direção do Colégio da Bahia (Central) proibiu a encenação da peça “Aventuras e Desventuras de um Estudante” (...). A peça narrava a trajetória de um estudante vindo do interior para a capital, a fim de cursar a universidade. A partir dos acontecimentos na vida do jovem interiorano, severas críticas eram feitas ao serviço público, ao sistema de ensino, aos professores, à política e às relações de poder vigentes, utilizando como recurso estético a linguagem da literatura de cordel.

Necessariamente, *pari passu* ao levantamento documental, principalmente, com o apoio dos estudantes de iniciação científica, foram incorporando outros objetos de estudos em diálogo e articulação com a área formativa de mestrandos, doutorandos, pós-doutorandos originários de diferentes áreas do conhecimento como educação, história, direito, medicina, entre outras, tendo como norte teórico o campo de estudos da memória no PPGMLS. Dentre as pesquisas concluídas, destacamos:

- a) O trabalho que teve como base de análise documentos oficiais (Comissões da Verdade, documentos elaborados pelo Ministério Público entre outros), escritos e iconográficos sobre o caso Dinaelza Coqueiro, compreendendo esse processo dentro de uma luta social atravessada e sistematizada por políticas de memória que vão ganhando visibilidade, singularmente desde 1979 até os dias atuais, resultando na tese intitulada “Do corpo insepulto à luta por memória, verdade e justiça: um estudo do caso Dinaelza Coqueiro”^v;
- b) O uso político da linguagem: Memória social na construção do nacionalismo e do civismo durante os processos autoritários no Brasil: recorremos a documentos, símbolos, hinos, poesias, entrevistas com professores e ex-alunas da Escola Getúlio Vargas, localizada em Guanambi/BA. Tal pesquisa resultou na tese “A Escola Getúlio Vargas em Guanambi: quadro social de referência da memória e da linguagem política”^{vi};
- c) A Faculdade de Sociologia de Vitória da Conquista/BA à luz das políticas educacionais durante a ditadura civil-militar: esse recorte temático tece considerações acerca da curta e intensa instalação da primeira instituição de ensino superior em Vitória da Conquista/BA em sua trama social, com base em documentos

oficiais (atas, cadernetas escolares, relatórios escolares), em exemplares da Revista Documenta, bem como, em jornais de circulação nacional, regional e local, a exemplo de O Combate (1959-1961), Tribuna do Café (1977), Fifó (1977) e O Jornal (1958-1975)^{vii};

- d) Memória, linguagem e reprodução da memória social na cartilha de alfabetização do governo militar (1964 - 1985): MOBREAL/PAF – Brasil: a pesquisa teve como foco o documento do programa e o guia do alfabetizador^{viii};
- e) Memória e subjetividade: mulheres militantes no “reino do arbítrio e da tortura, na qual foram analisadas as narrativas explicitadas por cinco mulheres que militaram em organizações de esquerda durante a ditadura civil-militar brasileira. Os dados foram coletados no sítio da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que armazena fontes documentais diversificadas a respeito da atuação dos militantes de esquerda durante o regime ditatorial^{ix};
- f) Memória traumática da ditadura militar no Brasil (1964-1985): a dor que não passa, cujo *corpus* empírico foi composto por relatórios da Comissão Nacional da Verdade (CNV)^x;
- g) Memória da popularização da luta pela anistia: embates e manipulação jurídica, na qual foram analisados os documentos produzidos pelo Comitê Brasileiro pela Anistia (núcleos regionais) e pelo Movimento Feminino pela Anistia (Direção Nacional e núcleos regionais), visando a analisar discussões acerca dos usos e abusos do instituto jurídico da anistia como forma de manipulação da memória coletiva^{xi}.

Trabalhos de teses (6) e dissertações (1) que utilizaram principalmente os seguintes conceitos ou categorias analíticas nas suas abordagens: Marcos Sociais da Memória, Memória Social e Coletiva (HALBWACHS, 2006; 2004); Usos, abusos, Manipulação, Dever de Memória (RICOUER, 2007); Memória Coetânea (AROSTEGUI, 2004); Memória geracional (AROSTEGUI, 2004; MAGALHÃES, 2007); Memória e Experiência (AROSTEGUI, 2004; THOMPSON, 1987, ODETTI *at. al.* 2021); Memória e Gênero (JELIN, 2016); Memória e Desaparecidos Forçados (PADRÓS, 2005; BAUER, 2011); Políticas de Memória e Memória da Política (KOCZANOWICZ, 1997; FERNÁNDEZ, 2008); Memória Traumática (ASSMANN, 2011; CÁRDENAS, 2014), dentre outras.

Quanto às pesquisas em andamento, podemos situar a pesquisa de doutorado em continuidade ao tema da dissertação de mestrado “Memória, história pública, legitimação da ditadura militar em vídeos e comentários no YouTube” (SANTANA, 2021) e a tese “Eu vejo o passado no presente: memória, conhecimento histórico, reformas educacionais e Ensino Médio atual (1971-2017)”, de Caminha (2018), que buscam demonstrar as ofensivas oficiais na construção do conhecimento histórico, no seio do currículo e as empreendidas pelos gerentes e defensores da Ditadura Militar no Brasil, principalmente, por meio das redes de comunicação, como é o caso do site Brasil Paralelo Entretenimento e Educação S/A^{xii}.

Diante do exposto, podemos afirmar que o grupo de pesquisa ainda tem muito que estudar sobre a história e a memória narradas por sujeitos que representam a “história vista de baixo” (THOMPSON, 1987) e a pedagogia de suas memórias e das memórias oficiais em disputas. A nosso ver, a compreensão do passado é uma tarefa imprescindível ao nosso fazer do tempo presente, uma vez que a eliminação física e simbólica das relações democráticas e a fratura de movimentos sociais com a instalação de pautas reacionárias sob a égide de condicionamentos e da acumulação econômica continuam a perfilar e a institucionalizar a necessidade de continuarmos analisado a situação da “memória contra memória” (JELIN, 2016).

REFERÊNCIAS

- ALVES, T. M. **A Escola Getúlio Vargas em Guanambi**: quadro social de referência da memória e da linguagem política. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2019.
- ARAÚJO, M. P. **Memórias estudiantis, 1937-2007**: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Damara, 2007.
- ARÓSTEGUI, J. **La Historia vivida**: sobre la historia del presente. Madri: Alianza, 2004.
- ASSMANN, A. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Trad. Paulo Soethe. Campinas: Ed. da Unicamp, 2011
- BAUER, C. S. **Brasil e Argentina**: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória. Porto Alegre: Medianiz, 2012.
- BITTAR, M.; BITTAR, M. Os movimentos estudiantis na História da Educação e a luta pela democratização da universidade brasileira. **EccoS – Revista Científica**, [S. l.], n. 34, p. 143–159, 2014.

BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. Comissão Nacional da Verdade. Volume I, Brasília: CNV, 2014.

BRITO, A. M. F. **Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964-1969)**. 133f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da UFBA. Salvador: UFBA, 2003.

BOUTIN, A. C. B. D.; FLACH, S. F. Movimento estudantil brasileiro: da formação às estratégias de lutas na atualidade. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 8, n. 2, p. 215-232, maio/ago. 2017.

CAMARGO, E. P. R. **O negro na educação superior: perspectivas das ações afirmativas**. Tese (Doutorado em Educação) –Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

CAMINHA, S. M de S. **A memória pedagógica como mediadora da *práxis* docente no IFMA, campus São João dos Patos**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2018.

CÁRDENAS, E. L. P. **Dimensiones del trauma social en una población en situación de desplazamiento por conflicto armado: estudio de caso en una comunidade desplazada en los años 2012 y 2013 a la ciudad de Medellín Colombia**. Directora: Mariana I. Tezón. 2014. 122 f. Tesis (Posgrado em Ciências Sociais) – Universidad Nacional de La Plata, La Plata, 2014.

CAVALARI, R. M. F. **Os limites do Movimento Estudantil (1964-1980)**. Dissertação (Mestrado em Educação) –Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1987.

COSTA, M. C. F. **Arquitetura ideológica e a memória social na cartilha do MOBRAL/PAF**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2020.

DIAS, J. A. **Rumo ao palácio: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982)**. 218f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de História Social da UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

FÁVERO, M. de L. A. **A UNE em tempos de autoritarismo**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FERREIRA JR, A.; BITTAR, M. A ditadura militar e a proletarização dos professores. **Revista Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 27, n° 97, p. 1159-1179, set./dez. 2008.

FERNÁNDEZ, P. A. **Políticas de la memoria y memorias de la política**. El caso español en perspectiva comparada. Madrid: Alianza Editorial, 2008.

GERMANO, J. W. **Estado Militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GUMES, G. C. F. **Memória traumática da ditadura militar no Brasil (1964-1985): a dor que não passa** Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2021.

GREIFF, P. de. Repairing the past: compensation for victims of human rights violation. In: GREIFF, P. de (org.). **The Handbook of reparations**. New York: Oxford, 2006, p.1-20.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALBWACHS, M. **Los marcos sociales de la memoria**. Barcelona: Anthropos; Concepción: Universidad de la concepción; Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004.

JELIN, E. **Los trabajos de la memoria**. España: Siglo Veintiuno, 2016.

KOCZANOWICZ, L. **Memory of Politics of Memory**. Studie in East European Thought, v 49, 1997.

LIMA, G. de O. P. **Do corpo insepulto à luta por memória, verdade e justiça: um estudo do caso Dinaelza Coqueiro**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade - PPGMLS. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2019.

MARSHALL, T. H. **Princípios de Economia**, Barcelona, 1931.

MAGALHÃES, L. D. R. Experiência, Memória, Aprendizagem Social, e Política. In: MAGALHÃES, L. D. R.; TIRIBA, Lia. **Experiência: o termo ausente? Sobre história, memória, trabalho e educação**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

MAGALHÃES, L. D. R. Educação, História e Memória: uma aproximação do estudo geracional. In: **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas: UNICAMP, 2007.

MARQUES, M. I. C. **UFBA na Memória 1946-2006**. Salvador: EDUFBA, 2010.

MEDEIROS, R. H. A.; CASTANHO, Sérgio Eduardo Montes. Trajetória do movimento estudantil e expectativas sociais dos estudantes brasileiros: 1960-1980. In: **Revista Histedbr On-line**. Campinas, n.55, mar 2014. p.180-194.

MELO, D. B.; MAGALHAES, L. D. R. Desaparecidos políticos baianos vinculados a instituições educacionais durante a ditadura militar. In: XV Jornada do HISTEDBR: IV Seminário Nacional de Educação Básica e II Seminário em História da Educação da Amazônia, 2018, Belém. XV Jornada do HISTEDBR, 2018^a.

MENDES, L. C. **História e memória da interiorização do ensino superior na Bahia: a Faculdade de Sociologia e Política de Vitória da Conquista /FSPVC**. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2018.

MOTTA, R. P. S. História, Memória e as disputas pela representação do passado recente. **Revista Patrimônio e Memória**. São Paulo, Unesp, v. 9, n.1, p. 56-70, janeiro-junho, 2013.

NADER, A. B. **Autênticos do MDB: semeadores da democracia (história oral de vida política)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NOSELLA, P. **A escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

ODETTI, C. Á.; MAGALHÃES, L. D. R.; TIRIBA, L. Historicizar a experiência: um ensaio sobre seus fundamentos teóricos e metodológicos. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 4, pág. e9810413882, 2021.

OLIVEIRA, I. V. A. **Memória da popularização da luta pela anistia**: embates e manipulação jurídica. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2023.

PADRÓS, E. S. **Como el Uruguay no Hay ... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985)**: Do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. Porto Alegre: UFRGS: 2005, vol. 2.

PIRES, E. M.; SANTOS, F. V.; MAGALHÃES, L. D. R. In: XII Colóquio Nacional e V Colóquio Internacional do Museu Pedagógico, 2017, Vitória da Conquista - BA. **Anais do XII Colóquio Nacional e V Colóquio Internacional do Museu Pedagógico**. Vitória da Conquista - BA: Edições UESB, 2017. v. 12. p. 641-645

PIRES JÚNIOR, H. **Memória e subjetividade**: mulheres militantes no “reino do arbítrio e da tortura. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2017.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

ROCHELEAU, R. A. Um novo sistema de ensino nos EUA: a preparação permanente do aluno para o mundo do trabalho. **Revista Fórum**. Rio de Janeiro, v. 03, jan./mar. 1979.

SANFELICE, J. L. **Movimento estudantil**: a UNE na resistência ao golpe de 64. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

SANTANA, E. S. **Memória, história pública e legitimação da ditadura militar em vídeos e comentários no YouTube**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2021.

SILVA, S. R. B. da. **“Ousar lutar, ousar vencer”**: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971). (Dissertação) - Programa de Pós-graduação em História Social da UFBA. Salvador: UFBA, 2003.

SOUZA, D. M. R. de; MAGALHÃES, L. D. R.; MENDES, L. C. Ditadura civil-militar no Brasil: uma primeira aproximação da produção na área de educação. In: X Colóquio Nacional e III Internacional do Museu Pedagógico, 2013, Vitória da Conquista. **Anais**, Vitória da Conquista: WMoreira Internet, 2013.

SOUZA, D. M. R.; OLIVEIRA, M. C. S.; MAGALHAES, L. D. R. A educação baiana em tempos de ditadura: notas de um primeiro levantamento documental. In: XIII Jornada do Histedbr, 2015, São Carlos. **Anais da XIII Jornada do Histedbr**. São Carlos: EdUFSCar, 2015. v. 1.

SOUZA, J. M. **A educação na cidade de Vitória da Conquista na conjuntura da ditadura militar:** seus sujeitos e materiais. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Educação, Cultura e Memória) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2009.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro, Zahar, 1987.

ZACHARIADHES, G. C. (org.). **Ditadura militar na Bahia:** novos olhares, novos objetos, novos horizontes. Salvador: EDUFBA, 2009. v. 01.

NOTAS

ⁱ A lei também inspirou a formação de órgãos semelhantes em nível estadual e municipal e em instituições de ensino superior.

ⁱⁱ Em 2013, realizamos um levantamento acerca do estado da produção acadêmica sobre a Educação na Ditadura Civil-Militar no Brasil, tendo em vista os nossos estudos sobre os reflexos da ditadura na Bahia, particularmente na sua região centro-sul. Levantamos teses e dissertações produzidas em vinte e seis programas de pós-graduação de universidades brasileiras e que estão disponíveis na Plataforma Capes, como também nas bases de dados dos programas de pós-graduação destas universidades (SOUZA *et. al.*, 2013).

ⁱⁱⁱ Esse levantamento foi divulgado no texto “A educação baiana em tempos de ditadura: notas de um primeiro levantamento documental em acervos públicos e privados da cidade de Vitória da Conquista”, de autoria de Souza *et. al.* (2015).

^{iv} No texto “O Movimento Estudantil na UFBA e a resistência à Ditadura Civil Militar (1964-1985): lei usada para perseguir” analisamos os relatórios da CNV (PIRES, SANTOS e MAGALHÃES, 2017).

^v Tema da tese defendida por Lima (2019), no PPGMLS/UESB.

^{vi} Tema da tese defendida por Alves (2019), no PPGMLS/UESB.

^{vii} Tema da tese defendida por Mendes (2018), no PPGMLS/UESB.

^{viii} Tema da tese defendida por Costa (2020), no PPGMLS/UESB.

^{ix} Tema da tese defendida por Pires Júnior (2017), no PPGMLS/UESB.

^x Tema da tese defendida por Gumes (2021), no PPGMLS/UESB.

^{xi} Tema da tese defendida por Oliveira (2023), no PPGMLS/UESB.

^{xii} Conhecida por seu nome fantasia Brasil Paralelo é uma empresa brasileira fundada em 2016, em Porto Alegre, que produz vídeos, documentários, séries, cursos e programas sobre política e história a partir de um viés de extrema-direita e conservador. Os temas variam entre história, ciência política, filosofia, arte, atualidades, economia, entre outros.